



<b>Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 49-2018 – SIAM nº 0700925/2018</b>			
<b>PA COPAM Nº:</b> 2081/2001/005/2018		<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento	
<b>EMPREENDEDOR:</b> Auto Posto Vale Verde Ltda		<b>CNPJ:</b> 02.337.456/0001-77	
<b>EMPREENHIMENTO:</b> Auto Posto Vale Verde Ltda		<b>CNPJ:</b> 02.337.456/0001-77	
<b>MUNICÍPIO:</b> Rio Manso		<b>ZONA:</b> rural	
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b> • Não se aplica			
<b>CÓDIGO:</b>  F-06-01-7	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 74/04):</b>  Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação.	<b>CLASSE</b>  3	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>  0
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>		<b>REGISTRO/ART:</b>	
Aline Diniz e Silva		04.0.0000105982 14201800000004580796	
<b>AUTORIA DO PARECER</b>		<b>MATRÍCULA</b>	<b>ASSINATURA</b>
Lília Aparecida de Castro Gestora Ambiental – SUPRAM CM		1.389.247-6	
De acordo: Liana Notari Pasqualini Diretora Regional de Regularização Ambiental – SUPRAM CM		1.312.408-6	



### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 49-2018**

O empreendimento Auto Posto Vale Verde Ltda atua no ramo “posto revendedor de combustíveis”, exercendo suas atividades no município de Rio Manso – MG. Em 17 de julho de 2018, foi formalizado, na Supram Central Metropolitana, o processo administrativo de licenciamento ambiental de nº 2081/2001/005/2018 para revalidar a licença de operação concedida em 299/2012 (PA 2081/2001/002/2011).

A atividade objeto deste pedido de licença é “postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação – posto revendedor”, com capacidade de armazenamento de 150 m<sup>3</sup>, sendo quatro tanques plenos de 30 m<sup>3</sup> e um tanque bipartido de 30 m<sup>3</sup>. Este volume de armazenamento enquadra o empreendimento em médio porte e justifica a adoção do procedimento simplificado, tendo em vista a incidência do critério locacional 0.

O empreendimento conta com Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB nº 6244522201500317 válido até 15 de outubro de 2020.

Como principais impactos inerentes à atividade tem-se o consumo de água, geração de efluentes líquidos, geração de resíduos sólidos e riscos de transbordamentos e derramamentos.

O fornecimento de água para o empreendimento se dá por uma captação em barramento regularizada por meio da Certidão de Registro de Uso da Água (uso insignificante) de número 7628/2016 válida até 14 de abril de 2019.

Os efluentes sanitários gerados pela operação do empreendimento são lançados em sistema de fossa-filtro-sumidouro. Os efluentes líquidos oleosos gerados pela operação do empreendimento são destinados para sistema de separação de água e óleo – SAO.

Os resíduos de natureza industrial (embalagens de lubrificantes e aditivos, panos e estopas contaminados com óleo, borra oleosa do sistema de separação de água e óleo e areia, detergentes, limpa vidros e removedores) são armazenados em tambores no depósito temporário de resíduos sólidos e posteriormente são coletados por empresas regularizadas para este fim.

Conforme consta no PU SUPRAM CM 497/2012, que subsidiou a concessão da Licença de Operação, para prevenir vazamentos e/ou derramamentos foram instaladas: câmaras de contenção de vazamento (sump) na boca-de-visita dos tanques de armazenamento e sob as bombas de abastecimento e filtros de óleo; válvulas de retenção junto à prumada de sucção das bombas; canaletas de contenção ao redor das áreas de abastecimento, descarga de produto e troca de óleo, interligadas com o sistema de separação de água e óleo – SAO. Para controle e redução dos riscos de transbordamento realizou-se a instalação de descarga selada, câmara de contenção de descarga e válvulas antitransbordamento. Conforme informado em informação complementar (R0171305/2018) os tanques também contam com sensor de interstício.



### Condicionantes da Licença de Operação

Quando da concessão da licença de operação foram estabelecidas as condicionantes apresentadas no Quadro 1:

**Quadro 1:** Condicionantes estabelecidas na licença de operação.

ITEM	DESCRIÇÃO	PRAZO
1	Apresentar documentação comprobatória do treinamento de segurança, meio ambiente e brigada de incêndio de todos os funcionários do empreendimento.	Até 60 dias após a concessão da Licença.
2	Apresentar cópia atualizada do Auto de Vistoria do orpo de Bombeiros – AVCB, conforme determinação do Decreto Estadual Nº. 44746/2008, contemplando novas edificações de apoio.	10 dias após a emissão pelo Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG.
3	Executar o Programa de Automonitoramento dos, conforme definições apresentadas no Anexo II.	Durante a validade da Licença
4	Cumprir as diretrizes fixadas pela ANP – Agência Nacional do Petróleo, em especial a Portaria Nº. 116, de 05 de julho de 2000, com ênfase nos assuntos pertinentes ao meio ambiente.	Durante a validade da Licença
5	Apresentar a renovação dos Cadastros de Uso Insignificante nº 001066/2010	20 dias após a renovação.

No auto monitoramento foi solicitado apresentação de ensaios de estanqueidade dos tanques e tubulações (a cada 60 meses), análises dos efluentes sanitários e oleosos e apresentação de planilhas com o gerenciamento dos resíduos sólidos.

Conforme disposto no Relatório de Acompanhamento 20/2018, elaborado pelo Núcleo de Controle Ambiental da Supram CM (documento juntado aos autos deste processo), as condicionantes 1, 2 e 5 foram cumpridas tempestivamente sem qualquer intercorrência. Quanto à condicionante 3, relativa ao programa de automonitoramento, foram observadas algumas ocorrências, ligadas especialmente à questão dos efluentes líquidos. Entretanto, o empreendedor apresentou justificativas verossímeis, as quais foram acolhidas. Assim sendo, considerou-se que a condicionante 3 foi cumprida de forma tempestiva. No que tange à condicionante 4, a qual preconizava o cumprimento da Portaria ANP Nº 116 de 05 de julho de 2000, a redação dada à condicionante não determinou qualquer comprovação de seu cumprimento junto à SUPRAM CM, destaca-se ainda que tal portaria foi revogada pela Resolução ANP Nº 668 de 15 de fevereiro de 2017. Não sendo possível, assim, um julgamento da supracitada condicionante.

Desta forma, entende-se que o empreendedor cumpriu, dentro da exequibilidade, as condicionantes relativas à Licença de Operação em Caráter Corretivo 299/2012.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se a concessão da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento “Auto Posto Vale Verde Ltda” para a atividade de “Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação”, no município de Rio Manso - MG, pelo prazo de 10 anos, vinculada ao cumprimento das condicionantes estabelecidas no anexo deste parecer, bem como da legislação ambiental pertinente.



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Auto Posto Vale Verde Ltda”.

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da licença
02	Apresentar Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB	60 dias após o vencimento do AVCB vigente
03	Realizar testes de estanqueidade nos tanques e tubulações, de acordo com a norma técnica NBR nº 13.784/06.  Os laudos técnicos relatando a situação dos equipamentos deverão ser elaborados conforme a referida norma e <b>enviados à SUPRAM CM a cada 5 anos</b> acompanhados das ART's dos responsáveis pelos ensaios.	Durante a validade da licença de operação.

\* Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.

### IMPORTANTE

Os parâmetros e frequências especificadas para o Programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram-CM, face ao desempenho apresentado;

*Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento “Auto Posto Vale Verde Ltda”.

#### 1. Efluentes Líquidos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Na entrada e na saída do conjunto fossa filtro.	DBO (mg/L), DQO (mg/L), Fósforo total (mg/L), Nitrato (mg/L), Nitrogênio amoniacal total (mg/L), Óleos e graxas (mg/L); pH, Substâncias tensoativas (mg/L).	Semestral
Entrada e Saída da Caixa Separadora de Água e Óleo	DBO (mg/L), DQO (mg/L), Fósforo total (mg/L), Nitrato (mg/L), Nitrogênio amoniacal total (mg/L), Óleos e graxas (mg/L); pH, Substâncias tensoativas (mg/L).	Semestral

<sup>(1)</sup> O plano de amostragem deverá ser feito por meio de coletas de amostras compostas para os parâmetros DBO e DQO pelo período de no mínimo 8 horas, contemplando o horário de pico. Para os demais parâmetros deverá ser realizada amostragem simples.

**Local de amostragem:** efluente bruto: antes da entrada da fossa. Efluente tratado: depois do filtro. Entrada no sistema separador de água e óleo: antes da entrada na CSAO. Saída do sistema separador de água e óleo (efluente tratado): após a última etapa do tratamento.

**Relatórios:** Enviar **anualmente** à Supram CM até o dia 10 do mês subsequente, os resultados das análises efetuadas. O relatório deverá ser de laboratórios em conformidade com a DN COPAM n.º 216/2017, especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem, além da produção industrial e do número de empregados no período.

Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações.

Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Método de análise:** Normas aprovadas pelo INMETRO ou, na ausência delas no *Standard Methods for Examination of Water and Wastewater*, APHA-AWWA, última edição.



## 2. Resíduos Sólidos

Enviar **anualmente** à Supram CM, os relatórios mensais de controle e disposição dos resíduos sólidos gerados contendo, no mínimo, os dados do modelo abaixo, bem como a identificação e a assinatura do responsável técnico pelas informações.

Resíduo				Transportador		Disposição final				Obs.	
Denominação	Origem	Classe NBR 10.004 <sup>1</sup>	Taxa de geração kg/mês	Razão social	Endereço completo	Forma <sup>2</sup>	Empresa responsável				
							Razão social	Endereço completo	Licenciamento ambiental		
									Nº processo		Data da validade

(<sup>1</sup>) Conforme NBR 10.004 ou a que sucedê-la.

(<sup>2</sup>) Tabela de códigos para formas de disposição final de resíduos de origem industrial

- 1- Reutilização
- 2 - Reciclagem
- 3 - Aterro sanitário
- 4 - Aterro industrial
- 5 - Incineração
- 6 - Co-processamento
- 7 - Aplicação no solo
- 8 - Estocagem temporária (informar quantidade estocada)
- 9 - Outras (especificar)

Em caso de transporte de resíduos sólidos Classe I - perigosos, deverá ser informado o número e a validade do processo de regularização ambiental do transportador.

Em caso de alterações na forma de disposição final dos resíduos sólidos em relação ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos apresentado, a empresa deverá comunicar previamente à Supram para verificação da necessidade de licenciamento específico.

Fica proibida a destinação de qualquer resíduo sem tratamento prévio, em áreas urbanas e rurais, inclusive lixões e bota-fora, conforme Lei Estadual nº 18.031/2009. Para os resíduos sólidos Classe I – perigosos, e para os resíduos de construção civil, a referida lei também proíbe a disposição em aterro sanitário, devendo, assim, o empreendedor cumprir as diretrizes fixadas pela legislação vigente quanto à destinação adequada desses resíduos. Os resíduos de construção civil deverão ser gerenciados em conformidade com as Resoluções Conama nº 307/2002 e nº 348/2004.

As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor. Desse modo, as notas fiscais de vendas e/ou movimentação, bem como documentos identificando as doações de resíduos poderão ser solicitados a qualquer momento para fins de fiscalização. Portanto, deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor.